

## **Economia solidária e projetos sociais através do extensionismo universitário**

Carolina Machado Saraiva, Isadora Iannini Cota Dutra, Vanessa Quinan de Noronha,  
Raul Vilela, Tays Torres Ribeiro das Chagas

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – UFOP  
carolamsaraiva@gmail.com

### **Resumo**

Este artigo é fruto da ação extensionista desenvolvida com as vítimas do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco. O trabalho desenvolvido proporcionou uma forma de aproximação e criação de elos sociais com os envolvidos direta e indiretamente com esse acontecimento de grande impacto na região de Mariana, Minas Gerais. Apesar de ser um projeto em andamento, é visível a necessidade de uma continuidade desse trabalho, na busca por uma ajuda constante e efetiva a essas pessoas. O resultado almejado foi o estreitamento de vínculos entre a comunidade e os programas de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal de Ouro Preto.

**Palavras-chave:** Extensão universitária; Economia solidária; Cooperativismo.

## **Solidary economy and social projects through university extensionism**

### **Abstract**

This article is the result of extensionists action developed with the victims of the breaking of the tailings dam of Samarco. The work has provided a way to approach and creation of social links with those involved directly and indirectly with this event of great impact in the region of Mariana, Minas Gerais. Despite being an ongoing project, the need for a continuation of this work, in the search for a constant and effective help to those people. The desired result was the strengthening of links between the community and outreach programs developed by Universidade Federal de Ouro Preto.

**Keywords:** University extension; Solidarity economy; Cooperativism.

## **Economía solidaria y proyectos sociales a través del extensionismo universitario**

### **Resumen**

Este artículo es fruto de la acción extensionista desarrollada con las víctimas del rompimiento de la represa de los desechos de Samarco. El trabajo desarrollado proporcionó una forma de aproximación y creación de vínculos sociales con los involucrados directa e indirectamente con ese acontecimiento de gran impacto en la región de Mariana, Minas Gerais. A pesar de ser un proyecto en marcha, es visible la necesidad de una continuidad de ese trabajo, en la búsqueda de una ayuda constante y efectiva a esas personas. El resultado deseado fue el estrechamiento de vínculos entre la comunidad y los programas de extensión desarrollados por la Universidad Federal de Ouro Preto.

**Palabras clave:** Extensión universitaria; Economía solidaria; Cooperativismo.

## INTRODUÇÃO

A partir de uma visão sistêmica e complexa sobre a sociedade em que vivemos, as ações extensionistas universitárias se estabeleceram como meio de concretização e aproximação da universidade à realidade política e social na qual está inserida.

Não é recente a preocupação em relação ao papel da universidade pública para com as relações sociais. Porém, na atualidade, essa responsabilidade e esse papel social vêm sendo trabalhados e estudados de uma maneira mais pontual, visando uma aproximação e um compromisso real e mais efetivo entre os atores envolvidos nesse processo.

Sob essa ótica, podemos dizer que as ações extensionistas no contexto universitário expressam o elo de responsabilidade social e a possibilidade de a universidade pública devolver à sociedade o que lhe é ofertado. Nessa perspectiva, fica claro entender a importância e a necessidade do desenvolvimento de ações extensionistas que de fato auxiliem e apoiem as pessoas envolvidas nesse contexto e na sociedade como um todo.

De uma maneira geral, podemos dizer que as atividades extensionistas precisam da participação e do apoio da universidade de forma integral, com projetos e ações sociais integrados, bem elaborados e estruturados para que, assim, elas possam cumprir sua responsabilidade social.

Nessa perspectiva, em 2006 surgiu a Cátedra UNESCO: Água, Mulheres e Desenvolvimento (AMDE) — a partir de um acordo entre a UNESCO e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), assinado no Simpósio Internacional de Águas, na cidade de Cannes, França. A Cátedra busca desenvolver o empreendedorismo, a sustentabilidade e a educação ambiental através de projetos extensionistas, priorizando a construção de relações e elos entre a universidade e a sociedade à sua volta, para que, assim, possa cumprir parte do papel social para o qual foi instituída. Em 2012, foi criado o *NuCat* (Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão da Cátedra UNESCO: Água, Mulheres e Desenvolvimento), estabelecido como uma extensão da Cátedra. Ele desenvolve não apenas a extensão, mas também o ensino e a pesquisa.

Atualmente existem 12 projetos e ações em andamento no *NuCat*. Todos são desenvolvidos a partir dos conceitos de sustentabilidade e visam atender a necessidades específicas de grupos inseridos na região, no caso, nas cidades de Ouro Preto e Mariana e nos distritos de ambas.

Um desses projetos é estabelecido com base na ideia do desenvolvimento de conceitos e da aplicação prática da Economia Solidária e da Autogestão, como forma de desenvolvimento das comunidades afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco. O objetivo principal do projeto é discutir com as vítimas do rompimento da barragem os conceitos de cooperativismo, autogestão e economia solidária, a partir de encontros e oficinas, fornecendo, dessa maneira, condições iniciais que possam contribuir com o desenvolvimento de trabalhos e com a geração de renda.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A Economia Solidária pode ser vista como um movimento econômico, político e principalmente social, caracterizado pela busca de mudanças e alternativas ao sistema capitalista de produção e desenvolvimento econômico. Essas ações e atividades econômicas não são recentes e se manifestam em maior ou menor grau ao longo da história, acompanhando momentos e movimentos sociais. (CANTALAPIEDRA, 2010).

O crescimento desses grupos se dá, sobretudo, como uma alternativa à economia capitalista comum, como demonstra Santiago Cantalapedra:

Las prácticas económicas solidarias, que se presentan como alternativa al individualismo competitivo característico del comportamiento capitalista, no son nuevas. Han estado presentes — en mayor o menor grado según los momentos — en la acción y en la historia del movimiento obrero. El cooperativismo, las sociedades de socorro mutuo, el consejismo y la ocupación de fábricas han representado, junto a los partidos y los sindicatos de clase, formas de autoorganización y lucha de los trabajadores frente a los males provocados por el capitalismo industrial. Enel (Discurso inaugural de la Asociación Internacional de Trabajadores), en 1864, Marx reconocía en el movimiento cooperativista de su época una muestra de que la producción moderna no necesita la existencia de patrones y de que la iniciativa de los trabajadores libremente asociados representa una opción ante la economía política de la propiedad. A pesar de la tenacidad de sus protagonistas, esas experiencias nunca gozaron de prioridad en las estrategias contra el capitalismo ni llegaron a ser en ellas suficientemente representativas. (CANTALAPIEDRA, 2010, p.5).

Como sinaliza a transcrição, as cooperativas são encontradas em diversos setores da economia e utilizadas para o desempenho de uma gama de atividades. Além disso, apresentam-se como uma forma de economia solidária, haja vista que têm por regra a não existência material de hierarquia. Assim, por mais que um cooperado seja designado para cargos administrativos ou gerenciais, ele não será considerado patrão ou superior aos demais na empresa. Essa característica faz com que adeptos do socialismo

ou comunismo demonstrem certa afinidade com o tema, o qual, no século passado, se tornava objetivo de discussões e artigos científicos mas possuía pouca importância fática, como demonstra o autor.

Entretanto, nas últimas décadas, a prática da economia solidária, por meio das cooperativas, cresceu abundantemente, sobretudo em setores considerados exploradores da sociedade, tais como saúde, habitação e crédito. A título de comparação, existia no mundo em 2012, segundo relatório da “Co-Operatives UK”, 365 milhões de pessoas proprietárias de ações de empresas, enquanto que 1,1 bilhão de pessoas eram cooperados. A disparidade chega a uma proporção de quase 4 cooperados para cada proprietário de ações, e muito disso se deve às economias em crescimento (tais como Brasil, Rússia, Índia e China), as quais apresentam um número ainda maior de cooperados. Além disso, pensar em cooperativas como um negócio pequeno e de baixo valor econômico já não é possível na contemporaneidade, haja vista que algumas já ultrapassam negócios na casa de 1 bilhão de Euros.

### **Economia Solidária no Brasil**

Gaiger (2003) observa no Brasil o crescimento de cooperativas e outras formas de associações que exercem as mais variadas atividades, tais como os grupos informais, os grupos sociais e as empresas. Elas abrangem os mais diversos setores e distintas organizações econômicas, formando um poliformismo institucional. No entanto, a forma mais comum de organização colaborativa no Brasil é as cooperativas (GAIGER, 2003).

No Brasil, essas diversas atividades são alocadas em 13 ramos: agropecuário; consumo; crédito; educacional; especial; habitacional; infraestrutura; mineral; produção; saúde; trabalho; transporte; e turismo e lazer. Dentre eles, destaca-se o ramo agropecuário, por abarcar o maior número de associados e de cooperativas no Brasil — na maioria das regiões, compostas por pequenos proprietários de terras. Além das agropecuárias, possuem grande projeção no cenário nacional as cooperativas de crédito, as quais já somam mais de 1.100 unidades “bancárias”, sendo as principais o SICREDI e o SICOOB, atualmente. Essas cooperativas têm por objetivo tornar mais justa a concorrência bancária e por característica oferecer baixas taxas de juros.

Também merecem atenção as cooperativas de saúde, que buscam oferecer serviços de qualidade à população, através de hospitais e clínicas, e as cooperativas de habitação, que atuam na construção de moradias a preços acessíveis.

Vale ressaltar ainda que o número de cooperados no país quase triplicou na última década, sendo que em 2006 havia quase 3 milhões, e hoje esse número já está na casa dos 8 milhões — crescimento que reflete o aumento do número de cooperativas e associações.

Podem ser citados também os panoramas políticos criados no Brasil a partir de 2003 para o desenvolvimento de ações econômicas solidárias, que redirecionam o desenvolvimento das forças produtivas, em um novo modelo de produção, diante de ações deliberadas que provocam a dissolução da ordem vigente e dão origem a novas relações sociais de produção (GAIGER, 2003).

Quando citada a introdução intencional das novas relações sociais de produção, foi de grande valia a introdução, pelo governo Lula (1º mandato), da Secretária Nacional de Economia Solidária (Senaes), chefiada por Paul Singer, economista e filósofo brasileiro que é um dos criadores da nomenclatura “economia solidária” e também um dos maiores especialistas no mundo sobre essa prática. Ele foi responsável pelo crescimento do número de cooperativas, associações e sociedades mercantis no país. Segundo ele, no início, as ações tinham por objetivo diminuir o desemprego e as disparidades econômicas existentes no país, como parte de um plano de redistribuição de renda. Atualmente, como resultado deste planejamento surgido em 2003 e administrado por Singer, existem aproximadamente 6,5 mil cooperativas, as quais geram 360 mil empregos diretos.

### **Cooperativismo e Autogestão**

De acordo com estudiosos do tema, a economia solidária não existiria sem a autogestão, e vice-versa, visto que são conceitos intrinsecamente relacionados. Nascimento (2004) afirma que ela está se reinventando com uma ressurreição de valores, quais sejam: “solidariedade, autogestão, economia, mutualismo, moral” (NASCIMENTO, 2004, p.18). A economia solidária e a autogestão, segundo ele, caminham juntos e dependem uma da outra.

Dessa forma, é perceptível que economia solidária (em seus variados tipos) e autogestão são conceitos que devem estar agrupados para a sua real experiência. A economia solidária necessita da autogestão, pois, através dela, os participantes da prática não estão subordinados a um patrão ou empresa, sendo a gestão do negócio feita por integrantes da cooperativa ou associação. Vale ressaltar também a nova forma de

organização e experiência na gestão que ocorre nas entidades sem nível hierárquico, que busca desenvolver solidariedade e autoaperfeiçoamento em seus integrantes.

Outro fator estimulante encontra-se na divisão dos lucros e proveitos, uma vez que os associados ou cooperados são também responsáveis pelo aumento de renda da organização da qual são proprietários. Assim, a vontade de crescer e melhorar em uma atividade própria, sem a existência de um patrão, faz diferença, na medida em que as cobranças podem vir dos próprios colegas de trabalho, fato que é exemplificado pelo jargão do cooperativismo “quem coopera cresce”.

Não se pode deixar de citar o caráter político da autogestão, sempre ligada a ações socialistas, como um ideal de democracia econômica e gestão coletiva capaz de gerar uma sociedade igualitária e socialista, além da reapropriação dos trabalhadores. “Nessa perspectiva, autogestão e socialismo andam sempre de mãos dadas no processo de libertação dos trabalhadores” (NASCIMENTO, 2004, p.19).

Fica claro o caráter comunitário dos processos de economia solidária, no sentido de serem comunidades livres (algo quase anárquico) — Karl Marx dizia ser a liberdade dos trabalhadores. Entretanto, apesar desse caráter desprendido de lideranças materiais, a autogestão demonstra certa rigidez quanto a burocracias, visto que as decisões devem ser tomadas levando em conta a opinião dos cooperados ou associados, como demonstra a Lei 5.764 ou Lei das Cooperativas, que delimita a quantidade de quotas por associado, estabelece a criação de um objetivo social e determina o quórum de participação em decisões de acordo com o número de associados. Essa legislação tem por objetivo defender as cooperativas e associações de algum tipo de monopólio, por parte de um grupo ou de algum associado que tente diminuir o caráter igualitário da instituição.

Em uma cooperativa, alguns cargos administrativos devem ser ocupados pelos cooperados, a fim de lidar com as burocracias supracitadas. Assim, demonstra Cinara Rosenfield, socióloga da UFRGS:

É possível levantar a hipótese de que a relação com o trabalho autogerido e com o projeto autogestionário é fortemente dependente da relação dos trabalhadores com este projeto político-ideológico nomeado de cooperativismo autêntico. É em relação a este modelo que se definem as posições e os relatos referentes à vivência dos trabalhadores no empreendimento cooperado (ROSENFELD, 2003, p.40).

Atividades que envolvam gestão do negócio deveriam ser, em tese, exercidas por membros com experiência em atividades políticas e/ou sindicais e afinidade com o projeto ideológico por trás da economia solidária e da autogestão.

### **Economia Solidária e Legislação**

Existem legislações que regulamentam a constituição dos entes de economia solidária no Brasil, através de critérios como o objetivo social, o estatuto social e as quotas, como exemplifica o professor e especialista em gestão de cooperativas Pedro Luís Buttenbender (2009):

As cooperativas são sociedades civis, isto é, sociedades de pessoas (não de capitais), com forma e natureza jurídica próprias, reguladas pela Lei 5764/1971 (Brasil, 2008). Diferem de toda forma de empresa mercantil e de associações. São organizações que não visam ao lucro, embora exerçam atividade econômica e devem fazê-lo de forma competente e equilibrada, atendendo aos seus objetivos sociais (BUTTENBENDER, 2009, p.59).

As associações e cooperativas são entes civis e não empresariais, dessa forma, não estão sujeitos a ações particulares, como a falência. São também regidas com base no direito civil comum e não especial, tal como as empresas de capital. É importante citar também que associações e cooperativas não devem visar o lucro, na perspectiva comum de uma empresa, porém seus associados estão sujeitos a dividendos provenientes das atividades comerciais (no caso das cooperativas), e também o lucro deve retornar à elas por meio de atividades, na forma de cursos de formação profissional e educacional, programas de saúde, etc.

A legislação básica das associações está no Código Civil de 2002, entre os artigos 53 e 61, onde se estipula a associação como uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. As cooperativas, por sua vez, possuem uma lei própria, de 1971, recepcionada pela Constituição Federal, que dispõe sobre a formação do estatuto social, sobre a composição (os cooperados) e sobre como se dá o seu início. Entretanto, pode haver legislação específica para determinados tipos de associação ou cooperativa, tais como cooperativas de trabalho (Lei 12.690/12) e cooperativas de crédito (Lei Complementar 130).

## **METODOLOGIA**

A partir da contextualização dos princípios e definições da Economia Solidária e demais atividades relacionadas, torna-se possível entender o objetivo do nosso projeto. A ideia inicial foi difundir os conceitos de economia solidária, cooperativismo e autogestão entre as vítimas do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco. Através de oficinas e rodas de conversa, foi possível desenvolver essa ideia e criar perspectivas de trabalho e produção independentes.

O projeto se justifica pela tentativa de proporcionar o estudo e a análise de viabilidade prática dos conceitos referentes ao cooperativismo, à autogestão e à economia solidária como alternativas viáveis para promover o desenvolvimento local. Pretendeu-se, através do desenvolvimento de oficinas de trabalho, gerar discussões com a comunidade sobre esses conceitos, mostrar como foram aplicados e os benefícios gerados em outras situações de vulnerabilidade social e como poderíamos utilizá-los em benefício da comunidade em análise.

A metodologia utilizada foi a pesquisa ação, que é uma pesquisa centrada em uma situação ou problema coletivo, no qual os participantes estão envolvidos de forma cooperativa ou participativa. A pesquisa ação pretende transformar a realidade com base na autonomia, nas práticas de liberdade e socialização. Dessa forma, pretendeu-se realizar uma troca e concretização de saberes relacionados com a economia solidária, o cooperativismo e a autogestão através das oficinas, nas quais foi possível desenvolver atividades expositivas e em grupos de trabalho para abordar e discutir esses temas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os primeiros contatos com os atingidos se deram a partir de uma parceria feita com o CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), localizado no bairro Colina, em Mariana, MG. Foram realizadas reuniões e encontros para discussões acerca da temática do trabalho e suas perspectivas. O projeto foi apresentado a eles, e foi perceptível o interesse e satisfação desse contato e envolvimento entre universitários e população local (Figuras 1 e 2).



**Figura 1:** Reunião com os atingidos no CRAS Colina



**Figura 2:** Participação dos Estudantes



Após esse primeiro contato, e com a verificação de um retorno positivo em relação à possibilidade de oferta de um curso sobre Economia Solidária, o curso, que já havia sido previsto na ação extensionista referida anteriormente, foi desenvolvido e sistematizado. O curso foi realizado em 4 encontros, totalizando uma carga horária de 12 horas. Os encontros foram pensados como oficinas, contando com a participação ativa dos envolvidos. As discussões e trocas de ideias giraram em torno dos temas relacionados a Economia Solidária, Cooperativismo, Autogestão e à modalidade de Microempreendedor Individual (MEI).

De maneira geral, o curso teve resultados em conformidade com o esperado. Ao final de todos os encontros, foi proposta aos participantes uma atividade, que consistia em uma retrospectiva do curso e em uma pequena pesquisa de satisfação. O conteúdo abordado foi bem assimilado, e os participantes julgaram o curso muito bom ou excelente. Manifestaram também a vontade de aprender sobre outras temáticas e realizar novos cursos, sempre que possível.

## CONCLUSÃO

O desenvolvimento desse projeto permitiu encontrar novas perspectivas e novas demandas sociais dos envolvidos no rompimento na barragem de rejeitos da Samarco. Ficou evidente a necessidade de uma integração de atividades e ações, tanto das ações extensionistas da UFOP quanto das ações externas desenvolvidas por outras instituições. Embora os atingidos estejam receosos com o grande aporte midiático e institucional que está recaindo sobre eles, o projeto de um curso sobre economia solidária e a perspectiva de uma renda extra a partir do trabalho em comunidade atraiu os chefes de comissão, os quais se mostraram solícitos e abertos a um diálogo com o projeto.

O projeto encontra-se em desenvolvimento e, em um primeiro momento, é possível concluir que ele permitiu uma troca de informações e conhecimento entre todos os atores envolvidos, permitindo a criação de um elo entre a população local e os universitários. Essa ligação é de extrema importância para a continuidade desse projeto e para outras possíveis ações extensionistas ligadas a essas vítimas.

## REFERÊNCIAS

- BUTTENBENDER, P. L. *Fundamentos do cooperativismo*. Coleção educativa a distância Unijuí. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/186>>. Acesso em 11 jan. 17.
- CANTALAPIEDRA, S. Á. Potencialidades y desafíos de la economía solidaria. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, Nº 110, 2010, pp. 5-8.
- DICKMANN, I.; DICKMANN, I. *A questão da habitação popular*. IBEP, 2015, Curitiba-Paraná; Aceso em 11 jan. 17.
- GAIGER, L. I. G. *A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista*. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- ROSENFELD, C. A autogestão e a nova questão social. *Revista Civitas*. v. 3, nº 2, jul-dez 2003, p. 395-415.
- SANTOS, M. P. Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e pesquisa na educação superior. *Revista Conexão UEPG*. 2014, v. 11, n.18, p.154-163. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/4547/3091>>. Acesso em: 05 Jan. 2017.
- SUGAHARA, C. R. A extensão universitária como ação socioeducativa. *Conexão UEPG*, Ponta Grossa/PR, v. 8, n. 2, p. 164-169. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/4548>> Acesso em: 05 Jan. 2017.